

2. “Pela manutenção da nossa amizade”. Os reinos de Daomé, Ardra e Onim e sua relação com Portugal

Lembrando-me da grande amizade que El-Rei, Meu Senhor e Pai, que a Santa Glória haja, e os mais senhores Reis, seus predecessores, conservavam sempre a Vossa Majestade de com os seus leais vassallos, tanto Diretores como Negociantes que a este Porto vindo, e eu desejando também a mesma amizade, boa união, e a fiel paz de Vossa Majestade. Carta do Rei do Dagomé à rainha d. Maria I (Abomé, 20/03/1795).¹

Segundo o dicionário de Bluteau, o primeiro publicado em língua portuguesa, o vocábulo amizade tinha, entre outros significados, a seguinte definição:

recíproco amor de benevolência, fundada em boa razão e em virtude; vínculo da sociedade humana, sustento da vida civil e o bom meio do qual logram os homens um dos maiores prodígios do ser Divino, a saber, a unidade com pluralidade, na perfeita união dos amigos.²

Podemos entender esta definição europeia de amizade, como uma forma de se estabelecer uma relação política. Segundo o jurista alemão Carl Shmitt, a política está diretamente atrelada à dicotomia amigo-inimigo. Nesta definição, o campo de atuação da política consiste em acrescentar e defender os amigos, e desintegrar e combater os inimigos.³ É sobre este espaço de disputa política que os reinos europeus se movem. Em outras palavras, é através da relação entre os reinos que são amigos ou inimigos que a ação se desenvolve, embora haja disputa

¹ *Cartas, relatórios e outros documentos relativos às visitas dos Embaixadores do Rey de Dahomey*. Queluz, Abomé, fevereiro de 1796. Fundação Biblioteca Nacional (Divisão de Manuscritos).

² In: BLUTEAU. *Vocabulário português e latino* (1728).
<http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/1/amizade>

³ BOBBIO, N. *Teoria geral da política: A filosofia política e as lições dos clássicos*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000. p. 170.

de interesses e nem sempre seja possível que as nações amigas se sintam à vontade com os interesses do outro.

No continente africano, as relações entre os diversos reinos e aldeias também eram frequentes. Toyn Falola, em artigo sobre as relações entre os grupos da África Ocidental pré-colonial, afirma que nenhuma comunidade africana poderia ser tratada como uma ilha, pois a sua sobrevivência política e econômica dependia do quanto ela podia administrar sua relação com os vizinhos, seja de forma hostil ou amistosa. A partir deste tipo de relacionamento é que se pode estabelecer o comércio, as trocas políticas e culturais, a paz e a guerra e as relações diplomáticas.⁴

Dentre as características citadas, o comércio foi o mais significativo integrador da cultura africana, pois difundiu entre os comerciantes uma linguagem mercantil, bem como objetos que foram desenvolvidos e reconhecidos como moedas de troca, além do estabelecimento de locais reconhecidos pelos diferentes grupos como espaço de trocas comerciais e culturais. Este mesmo fato agregador era o que incitava conflitos, por exemplo, entre dois reinos que pretendiam controlar uma determinada rota comercial. Ainda assim, as relações comerciais eram mantidas independentes da paz ou da guerra, visto que nenhuma comunidade era auto-suficiente na produção de bens agrícolas.

Mesmo na guerra, os reinos africanos haviam estabelecido leis e regulamentos de batalha. A guerra poderia ser decidida pela aniquilação total do oponente, ou por um acordo entre as partes beligerantes, ou até mesmo pelo esgotamento militar de uma das partes. Dentre esses protocolos, Falola nos dá como exemplo comum entre os diferentes grupos, o reconhecimento de que, antes do início de uma guerra, se fazia necessário dar algum tipo de aviso ao inimigo para que ele pudesse ter a oportunidade de levar mulheres, crianças e anciãos para um local seguro.

Os protocolos de guerra também tinham sua correspondência na diplomacia. A negociação foi parte integrante da vivência das comunidades africanas. Através das relações comerciais estabelecidas, os reinos encaminhavam representantes para discutir questões comerciais e resolver disputas entre os comerciantes.

⁴ FALOLA, T. Intergroups relations. In: FALOLA, T. (Ed.). *Africa. African cultures and societies before 1885*. Carolina do Norte: Carolina Academic Express, 2000. p. 19.

Neste sentido, podemos pensar que as embaixadas que os reinos da costa africana articularam face aos reinos europeus representariam o estabelecimento da paz ou apresentariam propostas para que os interesses entre os reinos fossem satisfeitos. É válido lembrar, que a relação de amizade estabelecida entre os reinos de Daomé, Ardra, Onim e Portugal não estava fundamentada numa relação de dominação, e sim de negociação política, que já fazia parte da vivência desses reinos. No presente capítulo, darei especial atenção à relação entre o reino português e os reinos da costa africana, expressa através das embaixadas que se estruturavam, e a partir da negociação desses reinos, tendo em vista o comércio. No entanto, era a partir do comércio que se realizavam as trocas e embates culturais. É através das embaixadas, instrumentos de negociação por excelência, que poderemos analisar os elementos culturais imersos nessas práticas, a partir da documentação pesquisada.

2.1. Breve histórico das embaixadas

No contexto europeu, embaixadas eram comuns no cenário político do Antigo Regime. Segundo Silvia Hunold Lara,⁵ elas tinham diversas finalidades como negociar a paz ou a guerra, discutir tratados comerciais ou limites territoriais e até mesmo acordar casamentos entre os soberanos. Um elemento que se fazia presente nesses momentos era a pompa, pois além de confirmar que os emissários eram investidos de poder de representação, exaltavam o poder do próprio rei. O interessante é que esse ato de política externa personificava o momento em que os interesses comuns eram discutidos pretensamente de modo equânime, cada qual defendendo os interesses de seu superior.

A história de Portugal nos revela inúmeras embaixadas ou ações diplomáticas realizadas. Ainda hoje se exalta, por ter a mais antiga aliança diplomática do mundo em vigor: o Tratado de Londres ou a Aliança Luso-Britânica, assinada em 1373, renovada em 1386 com o Tratado de Windsor e o

⁵ LARA, S. H. Uma embaixada africana na América Portuguesa. In: JANCSÓ, I; KANTOR, I. *Festa. Cultura e sociabilidade na América Portuguesa*. (volume 1). São Paulo: EDUSP, FAPESP, Imprensa Oficial, 2001.

casamento acordado entre o rei d. João I e d. Filipa de Lencastre.⁶ Alianças como essas eram comuns entre os reinos europeus, mas poucas delas foram realizadas entre europeus, mais precisamente, o reino de Portugal, e reinos ou povos africanos.

A primeira embaixada de Portugal para um reino africano de que se tem notícia, data do período da conquista do Congo. Marina de Mello e Souza afirma que uma embaixada foi enviada ao rei do Congo por d. João em 1491 e que neste episódio

as multidões acolheram os portugueses por todo o trajeto, encontrando os caminhos varridos e cheios de provisões, como mandava o hábito local para receber enviados importantes. Representantes mani Congo foram ao encontro dos portugueses em diversos locais do trajeto entre a costa e a capital, e quando estes chegaram à cidade real foram recebidos com alarido e cantigas pelo povo. Os presentes foram entregues e os portugueses devidamente alojados.⁷

Após esta visita e a conquista do Congo, Dom Manuel (1469-1521), sucessor de d. João, pensou em organizar uma embaixada para que os representantes congueses retribuíssem naquele momento a primeira embaixada e fossem até o Papa Júlio II declarar a conversão do seu rei ao cristianismo. As intenções verdadeiras, segundo Silvia Hunold Lara, estariam associadas ao interesse de Portugal na expansão ultramarina e na mediação de Roma nessas negociações.⁸ O episódio foi realizado em 1514, mas sem a presença dos congueses. O que é interessante, afirma a autora, é que mesmo essa embaixada não sendo considerada propriamente africana, talvez tenha sido a primeira vez que algum potentado africano tenha entrado em contato com este tipo de exposição pública de poder na Europa.

Essas relações entre Portugal e a costa africana tornaram-se frequentes, à medida que as trocas comerciais passaram a ser primordiais para ambos. No caso português, a colonização portuguesa nas terras do Novo Mundo e a necessidade de povoamento que assumiu um caráter eminentemente econômico. De acordo com Ilmar Rohloff de Mattos

a colonização implicava a intervenção direta do âmbito da produção, e a grande lavoura da cana-de-açúcar seria sua primeira efetivação; uma produção

⁶ Cf. <http://www.embaixadadeportugal.jp/portugal/historia-2/pt/>

⁷ SOUZA, M. de M.. *Reis negros no Brasil escravista*. Belo Horizonte: UFMG, 2002. p. 86.

⁸ LARA, S.H. Op. Cit. p. 151.

subordinada aos interesses mercantis, uma estrutura de produção que conferia o sentido da colonização.⁹

Para além das explicações mercantilistas, o autor afirma que é o monopólio que define a atividade comercial e as formas de relação social na colônia: os colonos, os colonizadores e os colonizados. Estes últimos, constituídos tanto por escravos como por agregados. Esta necessidade de mão-de-obra será a base das relações com a outra margem do Atlântico. Dados analisados por Manolo Florentino¹⁰ apontam que o tráfico foi importante na formação social brasileira e nas relações estabelecidas no continente africano. Para esta dissertação, há dois pontos trabalhados por Florentino que merecem destaque: o primeiro deles se refere ao papel do tráfico no contexto brasileiro e africano, como um instrumento de fortalecimento de poder, desmistificando as análises históricas que consideravam uma relação assimétrica entre portugueses e africanos. Outro ponto que merece destaque, diz respeito à economia da colônia, que não era mediada por Portugal, mas pelo próprio traficante, que fazia diretamente o comércio na costa africana, seja do Rio de Janeiro ou de Salvador.

Nireu Cavalcanti¹¹ reitera o argumento de Florentino, ao investigar a consolidação do comércio de escravos novos, ao longo do século XVIII no Rio de Janeiro. O autor argumenta que havia um conjunto de fatores que impulsionaram esse processo, tais como o desenvolvimento e consolidação de uma rede de fornecedores de mercadorias que poderiam negociar na África; a construção de frotas equipadas e dirigidas por capitães e mestres do Rio de Janeiro, da Bahia, de Pernambuco e do Reino; o surgimento de intérpretes e professores capazes de ensinar o básico da língua portuguesa para que os escravos se comunicassem; a constituição de um grupo de negociantes com capital para financiar o empreendimento negreiro; e, principalmente, o aumento do número de compradores de escravos. Neste sentido, a própria colônia estava criando condições para fazer o comércio de forma independente.

É importante ressaltar, que a viabilização do tráfico foi precedida pela produção do escravo no continente africano. E foi marcada por duas dimensões:

⁹ MATTOS, I. R.. A moeda colonial. In: *O tempo saquarema. A formação do Estado Imperial*, São Paulo: HUCITEC, 2004. p. 31.

¹⁰ Cf. FLORENTINO, M. *Em costas negras: uma história do tráfico Atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

¹¹ Cf. CAVALCANTI, N. O. O comércio de escravos novos no Rio setecentista. In: FLORENTINO, M. (org.). *Tráfico, cativo e liberdade*. Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX.

uma de conteúdo político-social que, como mencionamos, relacionava o comércio de homens à solidificação da hierarquia e à reafirmação do poder; a segunda dimensão está ligada à produção da mão-de-obra a baixo custo, pois estava fundada na violência da guerra, o que garantia um amplo mercado na colônia brasileira reificando certa lógica empresarial, nas palavras de Florentino.¹²

Este fato pode ser ilustrado com o caso do Congo. Eram os chefes administrativos do reino congolês que dominavam o tráfico para o Atlântico, ainda que inúmeros traficantes portugueses estivessem atuando no país e que traficantes africanos independentes atuassem nas áreas mais ao interior. O primeiro e último grupo foram os que mais se beneficiaram, pois ocupavam uma posição de destaque na hierarquia social do Congo, em função do comércio escravo. John Thornton, em trabalho sobre a formação do mundo atlântico, aponta que o desenvolvimento do comércio africano, bem como a mobilidade social, estavam relacionados à expansão da escravidão, já que os escravos eram primordiais na estrutura social e desenvolvimento do comércio.¹³ Esse autor também contribui para desmistificar a relação entre europeus e africanos como de mera submissão, mostrando o papel desempenhado pelas chefias africanas nas relações estabelecidas com os comerciantes europeus.

Podemos perceber, que as relações estabelecidas entre as duas margens do Atlântico eram, a princípio, mediadas pelo comércio de escravos. A colônia portuguesa produzia produtos que interessavam aos africanos e facilitavam a negociação como o fumo, aguardente e o açúcar que eram trocados por escravos pelos comerciantes da Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco.¹⁴

Desde 1699, por exemplo, um alvará real liberou inteiramente o tráfico, permitindo a negociação de navios carregados de produtos coloniais brasileiros, em troca dos produtos das costas da Guiné e do Congo: ouro, marfim, peles, cera e, principalmente, cativos.¹⁵ Como já foi mencionado, uma especificidade deste comércio é a produção do cativo como “moeda” de troca. O que levou a um maior acirramento entre reinos e aldeias africanas a fim de produzir um grande número de cativos através de lutas. Ainda que parte dos negros que participaram como

¹² Idem. p. 36.

¹³ THORNTON, J. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico, 1400-1800*. Rio de Janeiro: Elsevier, Campus, 2004. p. 144.

¹⁴ MATTOSO, K. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 33.

¹⁵ Ibidem.

produtos do negócio escravista tenham sido capturados em guerras, existiam outros meios de escravização.

Por vezes, as guerras possuíam motivos políticos e sua finalidade não era necessariamente a de produzir escravos. Os vencidos ou eram mortos ou acabavam no cativeiro, e seguir para as mãos dos mercadores poderia ser consequência deste processo. Além disso, muitos foram condenados à escravidão por ações consideradas crimes, e isto poderia variar de reino para reino; podemos citar como exemplos o assassinato, adultério, furto e a feitiçaria. Com o objetivo de atender à crescente demanda dos mercadores, ao longo do século XVIII, o número de condenados só aumentou. Os reis e chefes passaram, então, a aplicar a pena de escravização a crimes insignificantes. Havia ainda aqueles que eram sequestrados, principalmente crianças, quando estavam fora dos limites das aldeias ou até mesmo quando estavam tomando banho de rio.¹⁶

Mas o alvo principal da escravização dos chefes e reis africanos eram os inimigos e os estranhos. Quando um chefe calabar¹⁷ vendia a um navio europeu um grupo de cativos ibos,¹⁸ não estava vendendo africanos nem negros, mas ibos, uma gente que, por ser considerada por ele inimiga e bárbara, podia ser escravizada. Ainda que existissem diversos meios para a escravização, era a guerra, com o objetivo de obter escravos, que possuía papel primordial no comércio transatlântico de escravos. E com o aumento da procura de cativos, estas guerras tornaram-se cada vez mais habituais.

Segundo Manolo Florentino, a guerra era a base da produção escravista e elemento de distinção social na África.¹⁹ Esta grande oferta, condicionada pelos baixos preços dos cativos, levou milhares de africanos a desembarcarem nos portos do Brasil, e garantiu a lucratividade da empresa escravista. O tráfico foi um bom negócio, tanto para os que compravam a valores irrisórios quanto para os próprios potentados africanos que lucravam com a exportação de escravos. Não é de se estranhar que os reinos do Daomé, Oyó e Angola, que produziram grande

¹⁶ SILVA, A. da C. e. *A África explicada aos meus filhos*. Rio de Janeiro: Agir, 2008. p. 89.

¹⁷ Segundo a *Encyclopaedia Britannica* “Calabar era uma cidade e porto que se localiza a sudeste da Nigéria”. 15ª edição, volume 2, pp. 729-730.

¹⁸ De acordo com o mesmo dicionário, “Igbo, também escrito como ibo, eram os que viviam principalmente no sudeste da Nigéria e que falam o Ibo, língua do ramo Kwa, da família Níger-Congo” In: *Encyclopaedia Britannica*. 15ª edição. Volume 6. p. 246.

¹⁹ FLORENTINO, M. Op. Cit.. p. 106.

número de escravos com suas guerras, tenham se enriquecido e fortalecido com o comércio negreiro.

Além das guerras, outra estratégia para alimentar a demanda por escravos foram os tratados de comércio; daí a importância das diversas embaixadas de reinos africanos que vieram para colônia portuguesa.²⁰ A primeira delas, a embaixada do conde do Sonho, se deu no período da ocupação holandesa e foi composta pelos africanos Miguel de Castro, d. Sebastião Mandubade Sonho e d. Antônio Fernandes, que chegou a Recife em dezembro de 1643 no navio *Het Wapen van Dordrecht* e ofereceu a Maurício de Nassau duzentos negros, um colar e uma bacia de ouro, pois buscavam mercê em detrimento de outro reino. Como estavam em contenda com o Reino do Congo, os emissários solicitaram que não fosse enviado auxílio àquele Reino. O conde do Sonho havia solicitado também a Maurício de Nassau uma cadeira, uma capa, algumas insígnias de guerra, bandeiras e diversas peças de vestuário. No mesmo íterim, os representantes do reino do Congo enviaram representantes para Maurício de Nassau objetivando uma possível aliança com o príncipe de Orange.²¹ A visita desta embaixada foi tão significativa, que seus integrantes foram retratados nas telas de Jasper Beckx, onde em uma delas vemos o emissário diplomático retratado com os presentes que Nassau havia encaminhado para o rei do Congo, a capa com enfeites de ouro e de prata, o chapéu, entre outras peças.²²

²⁰ RODRIGUES, J. O tráfico de escravos e a experiência diplomática afro-luso-brasileira: transformações ante a presença da corte portuguesa no Rio de Janeiro. *Revista Anos 90*, Porto Alegre, v. 15 n. 27, pp. 107-123, jul. 2008.

²¹ Cf. TINHORÃO, J. R. *As festas no Brasil Colonial*, p.58; RODRIGUES, José Honório. *Brasil e África. Outro Horizonte (relações e política brasileiro-africana)*. Volume 1.

²² HERKENHOFF, P. *O Brasil e os holandeses. 1630-1654*. Rio de Janeiro: Sextante Artes, 1999. p. 142.



Figura 1 – *Retrato do embaixador do Congo*, óleo sobre tela de Jasper Benkx. 1643. Museu Real da Dinamarca

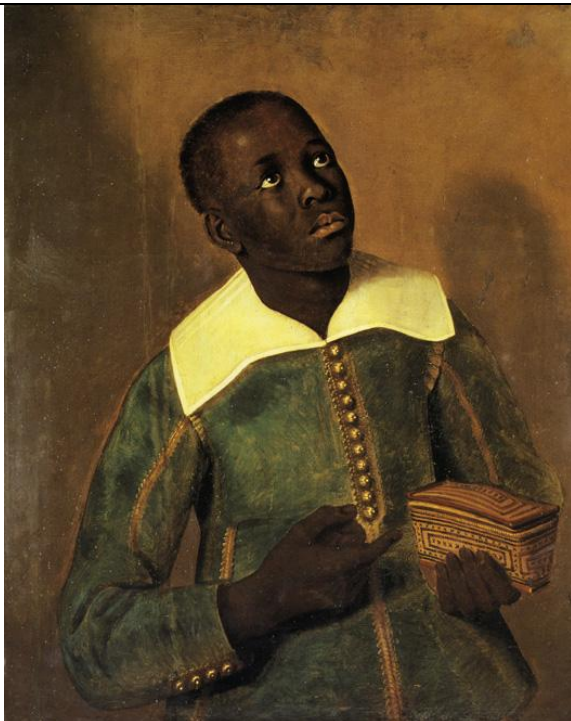


Figura 2 – *Servo com caixa de ouro*, óleo sobre tela de Jasper Benkx. 1643. Museu Real da Dinamarca

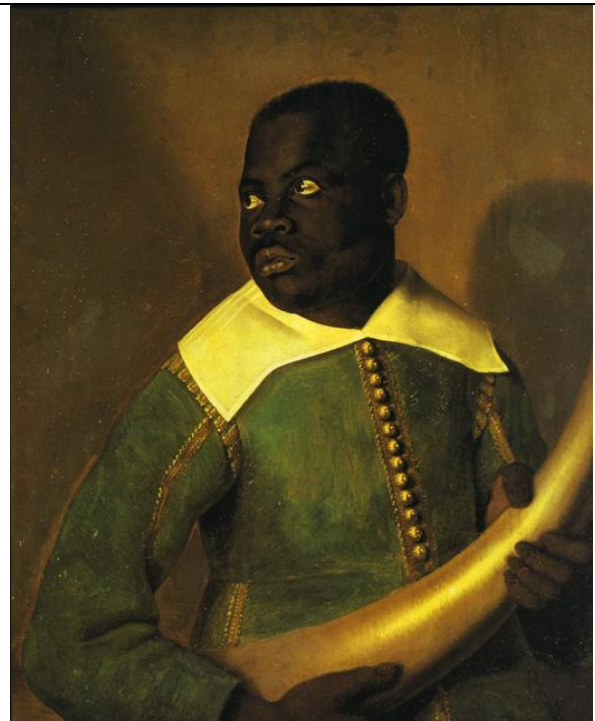


Figura 3 – *Servo com presa*, óleo sobre tela de Jasper Benkx. 1643. Museu Real da Dinamarca

Houve também, uma embaixada realizada dentro da própria colônia portuguesa, no final do conflito relacionado ao Quilombo dos Palmares, em Pernambuco. Em 1678, as autoridades coloniais enviaram representantes para que pudessem tratar com seu líder Ganga Zumba, e dar um ultimato de rendição. O interessante neste caso, é o reconhecimento da soberania de Ganga Zumba, conforme apontou Silvia Lara. Isso fez com que as autoridades coloniais se deslocassem até a Serra da Barriga, onde a comunidade de Palmares havia se desenvolvido. O mais importante foi a recepção por parte dos governantes de Ganga Zumba e sua comitiva para assinar o acordo de paz.²³

Após estas embaixadas em território americano, as embaixadas de soberanos africanos só voltaram a se fazer presentes em meados do século XVIII. É Pierre Verger, em sua obra *Fluxo e Refluxo do tráfico de escravos da Baía do Benin e a Bahia de todos os Santos dos séculos XVII ao XIX*, que nos dá referências sobre essas embaixadas e de grande parte da documentação relacionada. De acordo com o africanista, estas embaixadas dos reinos do Daomé, Ardra e Onim foram motivadas pela vontade de manter a exclusividade das relações comerciais entre os seus reinos e a Bahia, e pelo estreitamento dos laços com os grandes negociantes que tinham as suas casas comerciais dos dois lados do Atlântico. Para compreendermos estas embaixadas, se faz necessário remontar à história de seus próprios reinos.

Retomando o tema da amizade, que abre esse capítulo, do conjunto documental pesquisado, as referências à amizade entre os reinos português e africano só aparecem quando dizem respeito ao reino do Daomé.²⁴ Entretanto, a relação de proximidade também se fez presente com os reinos de Ardra e Onim. Veremos que esta diferença de tratamento está associada a uma memória histórica, na qual a presença portuguesa se fez mais intensa no primeiro caso do que no segundo e terceiro.

²³ Sobre o Quilombo dos Palmares e a rendição de Ganga Zumba conferir: LARA, S. H. Com fé, lei e rei: um sobado africano em Pernambuco no século XVI. In: GOMES, F. (org.), *Mocambos de Palmares. Histórias e fontes (séculos XVI-XIX)*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010. pp. 90-118. LARA, S. H. *Fragmentos setecentistas. Escravidão, cultura e poder na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. pp.192-194.

²⁴ Ou Dagomé, Dahomé, Dahomey, como aparece em parte da documentação. Além disso, é possível fazer esse tipo de afirmação pois entre a documentação pesquisada há poucas correspondências oriundas dos reinos de Ardra e Onim. O que se sabe dos mesmos tem origem nas correspondências trocadas entre os governadores da Bahia e o secretário de Estado de Portugal.

Não é demais lembrar, que estes reinos se localizavam no que ficou conhecido como Costa da Mina ou dos Escravos,²⁵ por serem grandes portos exportadores de mão-de-obra escrava, como podemos ver no mapa abaixo, e terem a preferência dos comerciantes do Estado do Brasil, em especial os baianos.

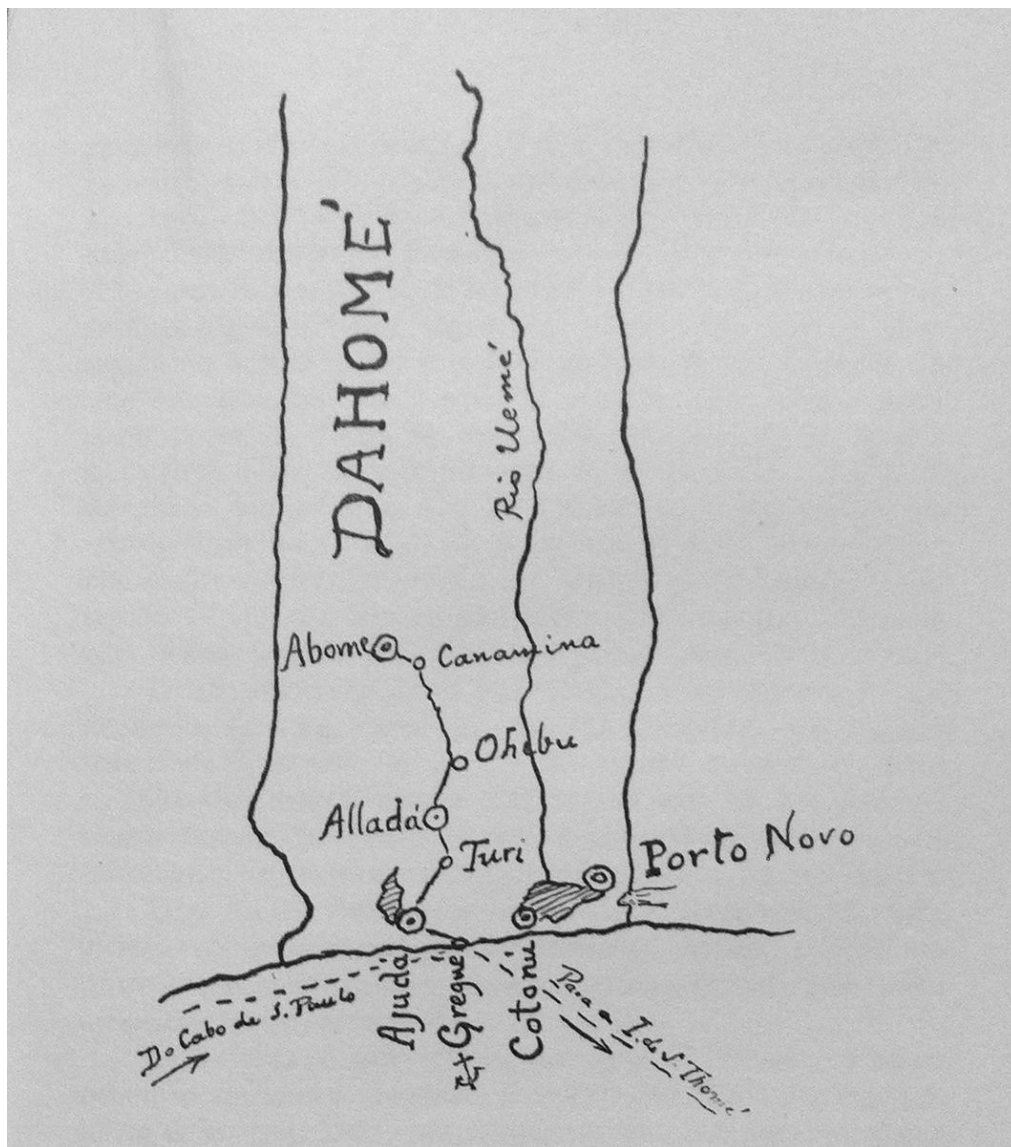


Figura 4 – Mapa manuscrito feito pelo padre Vicente Ferreira Pires quando ocorreu a sua viagem missionária de conversão ao rei do Daomé em fins do XIX. Publicado no livro de Clado Ribeiro Lessa, *Crônica de uma embaixada luso-brasileira à Costa da África em fins do século XVII, incluindo o texto da viagem de África em o Reino de Dahomé escrita pelo padre Vicente Ferreira Pires no anno de 1800 até o presente inédita*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

²⁵ Cf. SOUMONNI, E. Daomé e o mundo Atlântico. *SEPHIS - Centro de Estudos Afro-Asiáticos*, 2001.

A bibliografia acerca do reino do Daomé é pródiga²⁶, mas neste trabalho se faz necessário compreender as relações estabelecidas através dos principais portos deste reino, pois através deles se estabelece um diálogo entre as nações europeias e as africanas.

A cidade de Uidá era conhecida pelas diversas nações europeias como Whydah, Fida, Judá, Ajuda;²⁷ e na costa africana era conhecida como Hueda. Originalmente, Hueda não é o nome da cidade ou porto que conhecemos como Uidá, e sim o nome do reino que surgiu antes do século XVII, e findou-se no início do XVIII, cuja capital era Savi. Em 1727, o reino de Hueda foi conquistado pelo reino do Daomé, mas este nome continuou a ser utilizado posteriormente.

Segundo Robin Law, os portugueses foram os primeiros a explorar a Baía do Benin em 1472, mas o comércio de fato só começou na segunda metade do XVI.²⁸ Até 1630, os portugueses monopolizaram o comércio, mas nos anos que se seguiram, alemães, ingleses e franceses já haviam se transformados em concorrentes.

O comércio europeu era inicialmente localizado em Grande Popô (sudoeste de Uidá); mas no início do século XVII foi transferido para o oeste deste porto, no reino de Allada ou Ardra. O lugar dos fortes europeus era inicialmente em Offra, neste mesmo reino de Ardra.²⁹ Em 1671, a Companhia das Índias Ocidentais francesas transferiu o forte de Offra para Uidá. Foi o ponto de partida para se tornar um dos mais proeminentes portos de comércio de escravo.

O estabelecimento dos franceses em Uidá, no ano de 1671, foi o começo do comércio com os europeus estabelecidos naquela região. O que é mais

²⁶ Ver AKINJOGBIN, I. A. *Dahomey and its neighbour: 1708-1818*. LAW, R. *Ouidah: The social history of west of african slaving 'Port', 1727-1892*. (West african studies). Ohio: Ohio University Press, 2004; GLELE, M. A. *Le danxome: Du pouvoir Aha à la nation Fon*; AFOLAYAN, F. Kingdoms of West Africa: Benin, Oyo and Asante. In: FALOLA, T. (ed.). *Africa. African history before 1885 (volume 1)*. North Carolina: Carolina Academic Press, 2000; SOUMONNI, E. From a port of the Slave Trade to na urban community: Robin Law and the history of Ouidah. In: FALOLA, T.; CHILDS, M. D. *The changins worlds of Atlantic África: Essays in honor of Robin Law*. North Carolina: Carolina Academic Press, 2009. DALZEL, A. *The history of Dahomy, and inland Kingdom of África, compiled from authentic memoirs* London: T. Silpbury and son, 1793. VERGER, P. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Baía de todos os santos dos séculos XVII a XIX*. Salvador: Corrupio, 2002.

²⁷ Cf. LAW, R. *Ouidah...*; SOUMONNI, E. Daomé e o mundo Atlântico; VERGER, P. *Fluxo e refluxo...* E SILVA, A. da C. e. *Francisco Félix de Souza, mercador de escravos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, EdUERJ, 2004.

²⁸ LAW, R. Op. Cit. p. 29

²⁹ A cidade de Offra é mencionada, por exemplo, Joseph de Laporte em 1800, no seu relato *O viajante universal, ou Notícia do Mundo antigo e moderno*. Há, no capítulo sobre o Reino de Ardra, informação sobre a feitoria francesa localizada neste “paíz de Offra”, p. 141.

significativo para este trabalho, segundo a tradição local, é que o rei Hufon de Hueda afirmava que os portugueses foram os primeiros europeus a tratarem naquele reino. Esta memória geralmente identifica os portugueses como os primeiros a serem recebidos por Kapte e Kpase (elementos da tradição local), enquanto os franceses são conhecidos como os que vieram na sequência.

A mudança francesa de Allada para Hueda foi seguida por outras nações europeias engajadas no comércio: os ingleses e portugueses em 1680; e os alemães em 1690, elevando a cidade de Uidá à denominação de porto da região no final do século XVII. A competição pelo comércio atlântico exacerbou a divisão interna que havia no reino, sendo este o principal motivo para sua queda. O reino de Daomé se valeu desta fraqueza, além de possuir força militar superior ao de Hueda.³⁰ Para Robin Law, a conquista de Hueda pelo Daomé ilustra a importância do comércio atlântico de escravos na economia e no desenvolvimento político da costa africana.

A situação política da Costa dos Escravos ou da Mina foi transformada pelas conquistas de Daomé, durante o reino do rei Agaja (1708-1740), terceiro rei do Daomé, que conquistou Allada em 1724, e o reino de Hueda em 1727; além disso, mudou a relação com os europeus, já que havia destruído o porto de Jakin, rival de Uidá, em 1732. Alexandre Ribeiro afirma em trabalho sobre a estrutura econômica da cidade de Salvador, entre 1750 e 1800, que esta expansão do reino daomeano desarticulou as redes que levavam escravos do interior para costa, prejudicando os comerciantes baianos.³¹

A conquista de Uidá foi um processo de conflitos armados entre 1727 e 1733. A capital Savi foi a primeira a ser dominada pelos daomeanos, seguida pela ocupação dos três fortes europeus. Esta primeira fase dos embates só não teve mais resultados, porque Daomé havia entrado em guerra com o reino de Oyó em 1729. O período entre 1743 e 1775 foi de guerra entre o reino de Daomé e o reino de Hueda, ainda que o primeiro já tivesse conquistado a capital do segundo, as lutas internas continuaram durante um longo tempo, atingindo até mesmo as nações europeias que lá estavam estabelecidas. É interessante observar que, durante o período de guerra, o reino do Daomé enviou uma embaixada ao reino de

³⁰ SOUMONNI, E. Op. Cit. p. 40.

³¹ RIBEIRO, A. V. *A cidade de Salvador: estrutura econômica, comércio de escravos e grupo mercantil (c.1750 – c.1800)*. Rio de Janeiro: UFRJ, PPGHIS, 2009, p. 77.

Portugal, desculpando-se pela destruição do forte português em Ajudá, como veremos mais adiante.

Após ser dominada pelo Daomé, o porto de Uidá tornou-se o maior centro de tráfico de escravos do atlântico. Dada a heterogeneidade de origens, Uidá tornou-se uma comunidade multilinguística, onde as línguas europeias e africanas dividiam espaço. Havia poucos casos em que os europeus residentes em Uidá aprendiam a língua nativa; por este motivo, o uso dos intérpretes se fazia tão importante. Ao longo do século XIX, o português tornou-se uma língua recorrente em Uidá, refletindo a predominância do comércio com o Brasil, e o grande número de brasileiros na cidade.³²

Os escravos da comunidade local eram distintos dos que eram vendidos para exportação. As leis daomeanas proibiam a venda para além-mar dos nascidos no Daomé, e nisto estavam incluídos os escravos bem como os livres. Este princípio foi aplicado pelos fortes europeus em Uidá, como asseverava um representante do forte francês: “os escravos eram protegidos pelo Rei dos Daomeanos”, mas nem todos respeitavam essa premissa, sendo considerada uma séria ofensa passível de punição.³³

A heterogeneidade da população se refletia na religiosidade. À presença europeia somou-se à diversidade religiosa de Uidá, introduzindo o que Robin Law chama de “vodum de brancos”.³⁴ Isso também permitiu que os reinos europeus, no final do XVIII, enviassem com mais frequência agentes missionários no intuito de converter o rei ou até mesmo a população³⁵; podemos perceber, assim, que a diversidade religiosa se impôs durante um longo tempo.

³² LAW, R. Op cit. 76; Para compreender melhor a presença brasileira no porto de Uidá, hoje Benin, conferir o trabalho do antropólogo Milton Guran que aborda a comunidade de “brasileiros” do Benin, Togo e Nigéria, estes são descendentes dos escravos do Brasil que retornaram para África em fins do século XVIII e ao longo do XIX. GURAN, M. *Agudás. Os “brasileiros” do Benin*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. Também conferir o trabalho da historiadora Mônica Lima que tenta compreender os significados gerais do retorno de libertos do Brasil para África entre 1830 e 1870. LIMA, M. *Entre margens. O retorno à África de libertos no Brasil. 1830-1870*. Rio de Janeiro: UFF, 2008. (tese de doutorado)

³³ Idem. p. 78.

³⁴ Idem. p. 98.

³⁵ Foi o que aconteceu com os padres Vicente Ferreira Pires e Cipriano Pires Sardinha. Os clérigos foram enviados pela rainha d. Maria I, em fins do século XVIII, a fim de catequizar o rei e em resposta a uma embaixada do reino do Daomé realizada em 1795. A documentação referente encontra-se na Biblioteca Nacional. Há também um relato do padre Vicente impresso no início do XIX: LESSA, C. R. de. *Crônica de uma embaixada luso-brasileira à Costa da África em fins do século XVII, incluindo o texto da viagem de África em o Reino de Dahomé escrita pelo padre Vicente Ferreira Pires no anno de 1800 até o presente inédita*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

No que diz respeito à administração local, abaixo do rei do Daomé só havia dois responsáveis pela administração: o Migan (ou Temigan) e o Mehu. O Migan era o chefe, conhecido pelos europeus como “primeiro ministro”; o Mehu era responsável pelas finanças e comércio. Eram eles que mediavam as relações entre o comércio europeu e Uidá. Isto reflete a dinâmica da administração provincial. A tradição daomeana afirma que o rei Tegbesu (1732-1774) dividiu a responsabilidade de administração, a partir do momento em que conquistou os reinos de Allada e depois Hueda.

Isto foi confirmado por um acordo de 1770, no qual descreve que o governador de província de Allada, o Aplogan, era o “segundo” do Migan; e o Yovogan de Uidá era o segundo do Mehu. O Yovogan era reconhecido pelos europeus como a terceira pessoa do reino, abaixo do Migan e Mehu, mas esse organograma não é muito claro, o que se sabe é que o Yovogan era o oficial com quem os europeus lidavam de fato.³⁶

A presença desses agentes era importante, pois o rei do Daomé não visitava Uidá, com exceção de Agaja, que participou pessoalmente do momento da conquista daquele porto. Os europeus acreditavam que o rei possuía alguma crença em relação ao mar, e que por este motivo não poderia vê-los. As visitas do Mehu eram esporádicas, e de acordo com os registros ingleses, na segunda metade do século XVIII, o Mehu havia visitado Uidá em apenas seis ocasiões. A administração contínua era realizada na residência do vice-rei, pelo Yovogan. A administração do Yovogan em Uidá, em conjunto com os oficiais subordinados, formava uma espécie de conselho de governo.³⁷ Ele era responsável por uma série de deveres relacionados à venda de escravos, como o pagamento e o envio do mesmo para capital, Abomé.

Além dele, havia outros oficiais, mas estes ficavam nos fortes europeus, os chamados cabiceiras.³⁸ Havia outros em meados do século XIX, e nos é dado a conhecer por Forbes,³⁹ que listou os cabiceiras que eram superintendentes dos

³⁶ LAW, R. Op. Cit. p. 99.

³⁷ DALZEL, A. *The history of Dahomy, and inland Kingdom of África, compiled from authentic memoirs*. Introdução;

³⁸ Segundo o padre Vicente Ferreira Pires, em nota ao seu relato de viagem, “cabiceira é um dos grandes do Reino, e, ao mesmo tempo, são comerciantes e governadores de uma porção de gente no distrito que lhe é determinado, bem como um capitão que governa sua companhia” p. 21.

³⁹ FORBES, F. E. *Dahomey and the Dahomans: being the journals of two missions to the king of Dahomey, and residence in his capital, in . . . 1849 and 1850*. Londres: Longman, Brown, Green and Longmans, 1851.

vários quarteirões em Uidá. Havia também os que serviam de intérpretes nos fortes inglês, francês e português, dos quais não dispomos de informações precisas, mas muito provavelmente eram maioria africana. No final do XVIII, por exemplo, o Yovogan era fluente nas línguas dos fortes que estavam em Uidá: inglês, francês e português, tornando-se o principal linguista. Segundo as convenções, ele deveria utilizar um intérprete para tratar com os europeus, mas poderia corrigir este último quando percebesse que uma tradução era mal feita.⁴⁰ Neste sentido, o conhecimento da língua tornava-se uma fonte de poder para o Yovogan. Essa região era marcada pelas línguas do grupo gbe, sendo o fon uma as mais faladas.

A função mais crítica era a administração da justiça. Depois do Yovogan, os membros dos quarteirões ou área de atuação administrativa da cidade tinham certa autonomia. “A cabeça do quarteirão”, segundo uma referência do século XIX, era aquele que tinha um senso de justiça e representava o guardião da paz. Presumivelmente, esta era a primeira instância responsável por manter a ordem e acalmar as disputas dentro de seu quarteirão. Baseado neste sistema, os diretores dos fortes europeus operavam como “cabeças” de seus respectivos quarteirões. Os diretores eram tratados como chefes daomeanos; eles chegaram a ser compelidos a assistir e participar das festividades anuais, e entregar tributos ao rei.⁴¹

Uidá tornou-se o centro da administração provincial na área costeira. No século XIX, o Yovogan era o governador não só de Uidá como de “toda vizinha marítima do Daomé”. A jurisdição passou a abarcar todas as outras conquistas daomeanas como Allada, Tori e Savi.⁴² Em geral, a administração daomeana produzia resultados positivos, levando em consideração a colaboração dos europeus que estavam nos fortes, no que diz respeito à obediência das leis impostas. Isto é significativo, se levarmos em consideração o caráter de opressão do governo daomeano com seus vizinhos.

No plano econômico, a cidade de Uidá teve um papel central na pesca e produção de sal. No entanto, a sua principal função foi o comércio com os europeus, cujos interesses eram partilhados pelas nações europeias e pelos africanos. Isto se refletia no título do administrador da cidade: Yovogan, “chefe

⁴⁰ LAW, R. Op. Cit. p. 106.

⁴¹ Idem. p. 107.

⁴² Idem. p. 110.

dos homens brancos”. Uidá era uma “cidade do homem branco”, não no sentido de estar sob controle europeu, mas de ter como função principal o comércio com os europeus.⁴³ Archibald Dalzel corrobora, ao afirmar que o Yovogan era o responsável por fornecer aos europeus condições materiais e de mão-de-obra, ainda que a única remuneração recebida era um auxílio para subsistência diária.⁴⁴

Apesar de outros produtos serem comercializados, nada se comparou ao comércio de escravos. Por mais que Uidá tivesse portos concorrentes como os de Grande Popô, Pequeno Popô, Badagry, Ekpè e Porto Novo, nenhum deles conseguiu exportar tantos escravos. Para eliminar a concorrência, o reino do Daomé empreendeu várias guerras contra os reinos inimigos, principalmente o império de Oyó, que abarcava os portos acima citados.⁴⁵

O comércio de escravos era, basicamente, regulado pelo governo daomeano. Os comerciantes europeus que desejavam iniciar algum negócio no porto, deveriam primeiro iniciar conversa com o Yovogan, e só depois seria autorizada uma visita ao rei na capital, que ficava mais no interior. Esta era uma razão para os comerciantes preferirem os escravos do reino de Oyó (portos Badagry, Porto Novo e Ekpè), pois o rei vinha tratar diretamente com eles na costa.

A relação entre os comerciantes e os representantes dos reinos africanos era mediada pelos fortes, que foram construídos, mediante autorização do próprio rei, a partir do século XVII. O primeiro forte estabelecido em Uidá foi francês, construído em 1670, e destruído por uma guerra local em 1692. No início do século XVIII, um capitão que estava de passagem pelo reino de Hueda requisitou o restabelecimento do forte, mas o rei permitiu apenas a edificação na capital Savi. Segundo Pierre Verger, na região da Costa da Mina, os fortes eram dispostos de forma diferente do que acontecia na Costa do Ouro, pois *"os fortes de Uidá ficavam no interior das terras e eram incapazes de resistir por muito tempo aos possíveis ataques das autoridades indígenas"*.⁴⁶ Esta era uma política praticada pelos soberanos locais, a fim de não permitir que nenhuma das nações europeias pudessem se impor e dominar o povo daquele reino. O forte francês construído foi

⁴³ LAW, R. Op. cit. p. 123.

⁴⁴ DALZEL, A. Op. cit. P. XXI.

⁴⁵ Para saber mais sobre as conquistas militares e sobre o Império Oyo ler AFOLAYAN, F. Kingdoms of West África: Benin, Oyo, and Asante. In: FALOLA, T. (ed.). *Africa: African history before 1885 (volume 1)*. North Carolina: Carolina Academic Press, 2000. pp. 161-190.

⁴⁶ VERGER, P. Op. Cit. p. 147.

ocupado por empresas de comércio até 1767, e depois tomado por comerciantes privados daquela nacionalidade até 1842.

O forte inglês, próximo à vila dos habitantes do reino do Daomé, foi construído posteriormente. A Companhia Real Africana possuía o monopólio legal do comércio inglês no Oeste africano, durante o curto período de tempo que funcionou. Fato interessante que aponta para o investimento da monarquia inglesa no tráfico de escravos. O primeiro forte foi projetado em Uidá em abril de 1681, mas tornou-se obsoleto, pois os fortes de comércio haviam mudado para Offra.⁴⁷ Ainda neste ano, a fortaleza foi fundada em Uidá por um comerciante inglês chamado Petley Wyburne, que não era um agente da Companhia Real Africana, mas um “intruso” que atuava independentemente da Companhia, violando seu monopólio. Esta situação foi mantida até Wyburne ser retirado à força pelos agentes da Companhia em 1686.

Num segundo momento, o forte foi estabelecido em Uidá, mas na capital Savi (1682). Entretanto, em 1684, a construção passou por dois incêndios; com isso, o novo forte foi construído próximo ao francês, e recebeu o nome de *Fort William Uidá*, referente ao rei William III. O forte William passou da Companhia Real Africana para a posse da Companhia de Mercadores de Comércio na África em 1752, mas foi abandonado em 1812, seguindo a abolição do tráfico implementada pela Inglaterra. Foi reocupado, a partir de 1838, por um comerciante privado britânico, Thomas Hutton, que operava na Costa dos Escravos.⁴⁸

O terceiro e último forte europeu foi o português. Para António Manuel Hespanha, as feitorias ou feitorias-fortalezas portuguesas, tinham por função garantir os interesses da Coroa e promover as trocas. Para isso, deveriam criar condições e iniciativas próprias. Além disso, também possuíam função militar e diplomática. Normalmente, a feitoria era uma fortaleza e tinha por objetivo manter relações amistosas, e impor o respeito aos habitantes locais.⁴⁹

Algumas referências datam da fundação do forte em 1680. De fato, o forte português foi construído em 1721⁵⁰ e foi conhecido como *Forte São João Baptista*

⁴⁷ LAW, R. Op. Cit. p. 30.

⁴⁸ LAW, R. Op. Cit. p. 33.

⁴⁹ HESPANHA, A. M. e SANTOS, M. C. Os poderes num império oceânico. In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1993. (v. 4). p. 400.

⁵⁰ LAW, R. Op. Cit. p. 21.

de Ajudá. Era situado próximo ao forte inglês. As outras nações que possuíam fortalezas naquele porto tiveram opiniões diversas acerca dos novos vizinhos portugueses.

Segundo Verger, os ingleses receberam positivamente a novidade, pois a Companhia Real Africana tinha uma perspectiva vantajosa da presença portuguesa para os interesses da Coroa britânica, na intenção de trocar outros produtos além dos negros que eram comercializados naquele porto. Os franceses rejeitaram o estabelecimento da feitoria portuguesa, pois entendiam que pudesse prejudicar o comércio das outras nações, e acusavam os portugueses de terem conseguido a autorização para construção da feitoria através de presentes dados aos cabiceiras e ao rei africano. Esta incipiente relação entre as várias nações que se localizavam naquele porto, é um dos indicadores do quanto elas se submetiam às regras estabelecidas pelo rei. Nenhuma obra ou instalação poderia ser executada sem a autorização daquele régulo.

Outro ponto interessante, indicador da relação entre a Bahia e a Costa da Mina, foi a construção do forte ter sido incentivada pelos comerciantes baianos, que arcaram com os custos para erigi-lo e mantê-lo. O forte português de Uidá estava submetido diretamente à autoridade do vice-rei do Brasil em Salvador.⁵¹ Não é sem razão, que as correspondências trocadas entre os dois reinos eram mediadas pela Bahia. No processo de instalação da feitoria, os diretores davam notícias ao vice-rei na Bahia, acerca das atividades realizadas naquela costa, como as constantes guerras locais entre os reinos do Daomé e de Ardra, que se iniciaram a partir da segunda década do setecentos.

Os relatórios dos diretores do forte tratavam, a partir de 1728, das guerras entre o rei do Daomé e seus vizinhos. Ainda em 1732, quando o rei do Daomé havia estabelecido seu poder, as guerras permaneceram e nem sempre os diretores do forte mantinham a neutralidade necessária para o momento. Quando os diretores tomavam partido entre as partes, podiam se beneficiar, caso os reis que haviam apoiado vencessem a guerra; ou sofrer represálias por terem feito uma má escolha.⁵²

Entretanto, as guerras não eram o único indicador das tensões com os europeus. A forma inadequada como o rei do Daomé tratava os portugueses

⁵¹ *Ibidem*.

⁵² VERGER, P. Op. cit. p. 170.

influenciava as relações. Desta forma, o comércio se mostrava mais vantajoso em outros portos como Porto Novo, Badagry e Onim, visto que ao longo do século XVIII estes passaram a oferecer mais vantagens ao comércio, em especial, Porto Novo. Este era o principal porto do reino de Ardra, aliado ao rei de Oyó, a quem o rei do Daomé devia respeito e evitava atacar Ardra. No final do século XVIII, o rei de Ardra planejava construir um forte, e convidou portugueses e franceses para fazê-lo, ao mesmo tempo, que o porto daomeano de Uidá passou a entrar em decadência. Como não conseguira fazer frente ao Porto Novo, o rei daomeano tentou estabelecer outro porto em Janki, mas não obteve resultados.⁵³ Por este motivo, tentou empreender mais guerras a fim de evitar o comércio dos europeus com Porto Novo.

As informações sobre estes reinos não são tão ricas quanto o de Daomé. Dentre a documentação pesquisada, há uma carta do governador da Bahia, do conde da Ponte, escrita ao secretário de Estado em Lisboa, visconde de Anadia, que faz uma breve descrição sobre o rei de Onim. A carta datada de 07 de setembro de 1807 informava: “[...] posso já garantir que este príncipe [Ajan] era dos menos fiéis daquela costa, e as pessoas que traficam naquele porto, sem poder ir em outro, são da pior qualidade, e se distinguem sob o nome de Nagôs”.⁵⁴

A descrição dada pelo governador desenhava as piores condições possíveis para o comércio nesse porto; entretanto, sabemos por João José Reis que, por volta da década de 1830, os nagôs predominavam entre a população da Bahia, sendo a maioria entre os africanos de Salvador.⁵⁵ Deste reino também dispomos de algumas outras informações: Onim, também conhecida como Lagos (hoje cidade da Nigéria), cujo povo falava a língua iorubá, possuía um território que ia desde o reino de Oyó, ao norte, até o porto de Lagos, ao sul. Este pequeno reino se localizava numa das ilhas do complexo de Lagos, que ficava nas proximidades da Costa dos Escravos.⁵⁶ Neste mesmo litoral, em fins do século XVIII e início do XIX, se localizavam outros portos negreiros de grande

⁵³ Idem. p. 238.

⁵⁴ Carta do da Ponte ao Vis de Anadia (07/10/1807). APEB, 143, F. 102. APUD VERGER, P. p. 298.

⁵⁵ REIS, J. J. *Rebelião escrava no Brasil. A história do levante dos Malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

⁵⁶ REIS, J. J. Domingos Pereira Sodré: Um sacerdote africano na Bahia oitocentista. *Afro-Ásia*. Salvador: EDUFBA, 2006, n. 34, pp.237-313.

movimentação como Porto Novo, Jakin, Badagry, Uidá (Ajudá), Pequeno Popô e Grande Popô. Segundo João José Reis, ao analisar a trajetória do africano Domingos Sodré, Lagos ganhou importância em fins dos setecentos, e tornou-se o porto de embarque mais ativo nas últimas três décadas de tráfico para a Bahia.⁵⁷

Também corrobora com essa afirmação, o historiador Mohammed Bashir Salau, estudioso da região norte da Nigéria no século XIX, ao afirmar que um dos mais significativos fenômenos da história pré-colonial da Nigéria foi o tráfico atlântico de escravos.⁵⁸ Salau afirma que para além das trocas mercantilistas, a relação entre o governo português, mais especificamente, a Bahia e Lagos foi também de caráter cultural: muitos libertos saíam do Brasil, iam para Lagos durante o século XIX, e formavam comunidades; além de se tornarem negociantes, manipulando estrategicamente a linguagem, a religião e a cultura, sustentando vínculos entre Lagos e Brasil, mesmo após o fim do tráfico.

O reino de Ardra se localizava no que hoje conhecemos como a região litorânea do Daomé e do Togo. Teve um dos portos mais movimentados de embarque de escravos.⁵⁹ Joseph Laport,⁶⁰ no relato *O viajante universal*, ao descrever a sua viagem pela África, dedica um capítulo sobre o reino de Ardra. Nele, o autor descreve o reino geograficamente pequeno em comparação aos reinos vizinhos, não tendo vinte e cinco léguas de extensão ao longo da costa, mas com um extenso território ao interior. Laport afirma ainda que

os Negros de Ardra ignoram ainda a arte de ler, e escrever, e assim para facilitar as contas, e ajudar a sua memória, usam de uns cordõezinhos com vários nós, que tem cada um a sua significação. [...]. Os Grandes entendem a língua Portuguesa, a leem e escrevem muito bem; porém até agora não tem caracteres para a sua própria língua.⁶¹

É interessante a importância que o autor dá ao conhecimento da língua portuguesa para este trabalho, ainda que seja pelo “Grandes”, a fim de estabelecer a comunicação entre os reinos e o conseqüente comércio entre ambos. A principal

⁵⁷ Idem, p. 247.

⁵⁸ SALAU, M. B. The Atlantic Slave Trade and the impact on the nigerian hinterland, 1500-1900. In: OGUNDIRAN, A. *Precolonial Nigéria. Essays in honor of Toyin Falola*. Nova Jersey, Eritreia: African World Press, Inc., 2005, p. 448.

⁵⁹ LOPES, N. *Enciclopédia brasileira da Diáspora Africana*. São Paulo: Selo Negro, 2004. p. 69

⁶⁰ LAPORTE, J. *O viajante universal, ou Notícia do Mundo antigo e moderno*. Lisboa: Typografia Rollandiana, 1798. Volume 13.

⁶¹ Idem, p.144.

fonte do reino era o comércio de escravos compostos por prisioneiros de guerra, réus filhos de escravos e devedores que eram vendidos em benefício dos credores que saíam anualmente de Porto Novo em direção à América. No contexto aqui estudado, o reino de Ardra ficou conhecido por oferecer vantagens comerciais ao reino português, não se interessando pela exclusividade comercial, que era desejada pelo reino do Daomé.

2.2

Embaixadas dos reinos do Daomé, Ardra e Onim

Como vimos no início do capítulo, relações diplomáticas foram uma constante entre os reinos africanos. Seja para acordar negócios, resolver problemas comuns ou finalizar uma guerra, as embaixadas foram importante instrumento de manifestação e troca cultural entre os reinos. Em relação aos europeus, as embaixadas objetivavam acordos comerciais, mas era inevitável que não houvesse trocas culturais. Neste sentido, tomo de empréstimo a abordagem de Vik Bahl,⁶² que estuda a cultura africana sobre a perspectiva do comércio. Segundo este autor, a história do comércio pode revelar a propagação de elementos culturais. É sob essa perspectiva que as embaixadas são aqui apresentadas.

A primeira embaixada enviada para Salvador foi encaminhada em 1750 pelo rei Tegnèssu, do Daomé, que procurava restabelecer uma boa imagem perante o governo português, já que em 1743 havia expulsado o então diretor João Basílio e colocado um condenado pelo governo português em seu lugar. Os dois emissários foram recebidos na Bahia pelo vice-rei, conde de Atouguia, desejosos de manter o comércio de escravos. Esta embaixada foi objeto de análise de Pierre Verger⁶³ e Silvia Hunold Lara⁶⁴. Em Verger, esta documentação aparece transcrita e arrolada no capítulo sobre as embaixadas do Daomé, Onim e Ardra que

⁶² BAHL, V. The Study of Cultures. In: FALOLA, Toyin. *African cultures and societies before 1885*. Carolina do Norte: Carolina Academic Express, 2000.

⁶³ VERGER, P. Op. Cit.

⁶⁴ LARA, S. H. Uma embaixada africana na América Portuguesa. In: JANCSÓ, I; KANTOR, I. *Festa. Cultura e sociabilidade na América Portuguesa*. (volume 1). São Paulo: EDUSP, FAPESP, Imprensa Oficial, 2001.

estiveram em Salvador, entre 1750 e 1823. Sua análise está pautada pelas relações comerciais estabelecidas entre as duas margens do atlântico. Já Silvia Hunold Lara tem sua análise pautada na recepção desta embaixada em Salvador, e na discussão de alguns elementos que fizeram parte dessa recepção, como os procedimentos e a pompa para recepção de autoridades políticas.

Sob uma perspectiva que mais se aproxima da análise de Silvia Hunold Lara, este trabalho analisa alguns elementos desta recepção, no intuito de ressaltar a percepção do emissário africano e o modo como se mostrava e representava seu poder. Para isto, utilizo como documentação um relato, com a descrição da recepção destes embaixadores na Bahia, feito por J.F.M.M, iniciais de José Freire Monterroyo Mascarenhas, em sua *Relaçam da Embayxada que mandou o poderoso Rey de Angome...*⁶⁵. Neste relato, o autor, literato e editor da *Gazeta de Lisboa* entre 1715 e 1760,⁶⁶ destaca a chegada dos emissários enviados pelo rei Tegbessu – chamado no relato de Kiay Chiri Brocon, o alojamento destes no Colégio dos Jesuítas, e toda a pompa dos “gestshomens” que se apresentaram com uma carta a ser entregue ao rei d. João V.

O objetivo da carta era manter as relações comerciais. Para tal , todo um cerimonial foi montado para mostrar as boas relações entre os dois reinos. Os emissários ofereceram uma caixa com panos da costa e quatro negras – que foram expedidas para o rei de Portugal. Em troca, além das despesas de estadia pagas pela Real Fazenda Portuguesa, foram enviadas roupas de acordo com os costumes do Daomé, entregues no momento do embarque de volta, o que ocorreu em 12 de abril de 1751, a bordo do *Bom Jesus d’Além e Nossa Senhora da Esperança*.⁶⁷

Neste mesmo ano, o novo diretor do forte, Luiz Coelho de Brito, assumiu a função no porto de Uidá, e embarcou no mesmo navio no qual voltavam os embaixadores do Daomé. Sua principal recomendação, feita pelo conde de

⁶⁵ *Relação da embaixada que mandou o poderoso rei de Angome Kigy Chiri Branoon, senhor dos dilatadíssimos sertões da Guiné*”. Sem data, sem local, 6 folhas [incompleto] Localização: Lata 106 – Doc. 12. IHGB e *Memória escrita por José Freire Montenegro Mascarenhas a respeito da embaixada que o rei de Daomé, Kiay Chiri Broncom, enviou ao [10º] de Atouguia, d. Luis [Pedro] Peregrino de [Carvalho de Meneses e] Atáide, vice-rei do Brasil*. Inclui introdução sobre Daomé, seus costumes e a recepção do vice-rei. 1751. Localização: DL 490,04. IHGB. Recentemente este relato foi publicado no site do jornalista Franklin Martins: http://www.franklinmartins.com.br/estacao_historia_artigo.php?titulo=o-embaixador-do-rei-de-angome-chega-a-bahia-1750

⁶⁶ BELO, A. Between History and Periodicity:Printed and Hand-Written News in 18th-Century Portugal. *e-JPH*, Vol.2, number 2, 2004. p. 4.

⁶⁷ VERGER, P. Op. Cit. p. 285.

Atouguia, era que não fosse suspenso o comércio com o Estado do Brasil. Apesar das “*ousadias e insolências do bárbaro régulo*”, o vice-rei considerava que se fazia necessário manter boas relações com o rei do Daomé, pois era no porto deste reino que se encontravam os negros “mais estimados” da Bahia.⁶⁸

A recomendação do conde de Atouguia, feita ao novo diretor do forte indica a importância que a presença da fortaleza de Ajudá tinha em terras daomenas, visto que garantia as relações e poderia manter a boa amizade da qual o comércio necessita. Em carta de 27 de maio de 1753, Theodozio Rodriguez da Costa, novo diretor interino do forte a partir de 1751, afirmava que o dadá pedia ao vice-rei

a V. Ex.^a a sua amizade, e mostrando o tempo a boa harmonia que havia de haver com os portugueses que aqui viessem comerciar, fosse V.Ex.^a servido ordenar aos navios que navegam para esta costa seja o seu porto o principal em que façam o seu resgate.⁶⁹

As solicitações feitas pelos diretores do forte demoravam a ser respondidas, em virtude da nova centralização administrativa do marquês de Pombal. As cartas enviadas para Bahia e retransmitidas para Lisboa passavam por diversas consultas, até retornarem para Bahia e chegarem até Uidá. Esta documentação oficial foi consultada no já referido livro de Pierre Verger, e garantem um contraponto entre documentação oficial e o relato de José Freire Monterroyo Mascarenhas.

A primeira embaixada do reino de Onim foi organizada em 1770. Esta embaixada não obteve êxito, visto que ao tentar chegar à Bahia, seu navio foi aprisionado com mercadorias de contrabando. Por este motivo, tiveram que retornar imediatamente ao seu reino. Entre os que tiveram que retornar estavam: “*79 escravos machos que figuravam no inventário, somente 69 ainda estavam em vida quando lhe foram restituídos. Quatro dentre eles eram negros livres, cabeceiras do rei de Onim, que os tinha enviado*”.⁷⁰ Ainda que não tenha conseguido ser recepcionada, é interessante pensar a motivação do rei de Onim em estabelecer laços com Portugal. A documentação referida a essas embaixadas

⁶⁸ Documento original no APEB, cuja localização é APEB, 47,f.141. APUD VERGER, P. Op. Cit. p. 212.

⁶⁹ Carta de Theodozio Roiz da Costa ao vice-rei. (27/07/1753). Documento original no AHU, doc. Da Bahia 797. APUD VERGER, P. Op. Cit. p. 213.

⁷⁰ VERGER, P. Op. Cit. P. 286.

somente foi encontrada nas transcrições feitas por Pierre Verger. Ainda que não tenhamos muitos elementos para analisá-la, é importante pensar a intencionalidade da embaixada, e o interesse do reino em negociar com Portugal.

Em fins do XVIII, o diretor da fortaleza de São João de Ajudá, Francisco Antônio da Fonseca e Aragão foi acusado pelo tenente, Francisco Xavier Álvares do Amaral, de má administração do forte e de buscar apenas seus próprios interesses. Este último aconselhou o dadá (ou rei) daomeano, Agonglô, que reinou entre 1789 e 1797, a enviar uma embaixada para Portugal e não para Bahia, como aconteceu em 1750, no intuito de propor à d. Maria que o comércio de escravos fosse tratado exclusivamente entre os negociantes da Bahia e o porto de Uidá. Esta mesma solicitação já havia sido feita na embaixada anterior, mas não obteve êxito; além disso, outros portos estavam se mostrando mais promissores naquele momento. A embaixada foi organizada por Agonglô, com a ajuda do tenente, e partiu sem o conhecimento do diretor do forte em 1795, sendo esta a segunda embaixada enviada pelo reino de Daomé. A embaixada que saiu do porto de Uidá seguiu para Salvador, onde foi recepcionada pelo governador. Ao obter autorização, rumou para Lisboa para ser recepcionada pela rainha d. Maria. O mesmo percurso, mas no sentido inverso, foi realizado quando a embaixada cumpriu o objetivo que lhe havia sido dado.

Tal qual a primeira, esta embaixada foi indicada por Pierre Verger; e em outro texto por Sílvia Hunold Lara,⁷¹ no qual ela se utiliza das embaixadas enviadas à Bahia em 1750 e 1795, para relacioná-las com as festas de coroação promovidas por irmandades negras, e assim enfatizar o protagonismo dos negros. Para análise desta embaixada, lanço mão da documentação manuscrita encontrada no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) e na Fundação Biblioteca Nacional (FBN), além do relato do padre Vicente Ferreira Pires.⁷² As cartas enviadas à rainha d. Maria e ao governador da Bahia revelavam, entre outras coisas, as queixas contra os abusos cometidos pelo diretor do forte, Francisco Antônio da Fonseca e Aragão e a tentativa de retomar “a fiel amizade”; em outras palavras, o comércio de escravos. Foram enviados dois emissários e mais um

⁷¹ LARA, S. H. *Fragments setecentistas. Escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

⁷² LESSA, C. R. de. *Crônica de uma embaixada luso-brasileira à Costa d'África em fins do século XVIII, incluindo o texto da viagem de África em o Reino de Dahomé escrita pelo padre Vicente Ferreira Pires no ano de 1800 e até o presente inédita*. São Paulo: Companhia Editora Nacional (Brasileira), 1957.

intérprete chamado Luiz Caetano, escravo mulato que tinha pedido proteção ao rei Agonglô, em virtude dos destemperos de seu antigo dono, o diretor do forte. Vemos que o intérprete mulato está no meio da trama política cujo principal mentor era o tenente Francisco Xavier Álvares do Amaral, que havia convencido o rei daomeano a enviar a embaixada, inclusive servindo de escrivão das cartas.

Os embaixadores foram recebidos pelo governador da Bahia, Fernando José de Portugal, que informou ao secretário de Estado Português, Luiz Pinto de Souza Coutinho suas ponderações sobre a solicitação da referida embaixada. O que é interessante nestas trocas de correspondências é a forma como os representantes portugueses percebiam estes emissários, visto como bárbaros e grosseiros. Na carta enviada ao secretário de Estado, o governador da Bahia informava

como entre os Potentados e Régulos da Costa d’Africa reina ainda muito a barbaridade e grosseria, e se não praticam aquelas formalidades que a civilidade e a política tem introduzido entre os Príncipes Europeus para tratarem mutuamente as suas negociações, não é de admirar que estes chamados Embaixadores se apresentassem sem fausto e sem ostentação e que eu os reconhecesse como tais, para merecerem alguma atenção e contemplação à vista da carta que me apresentaram o Rei Dagomé.⁷³

O trecho de Fernando José de Portugal, ao apontar para a barbaridade e incivilidade dos reinos da costa da África, contrastante com a formalidade e civilidade dos Príncipes europeus, indica que o governador da Bahia está demarcando um espaço para o território brasileiro e que é diferente do africano. A América portuguesa é, por consequência, também civilizado, pois faz parte do território luso-brasileiro.

Da carta enviada à rainha d. Maria, na qual solicitava a mudança do diretor do forte e o conserto do mesmo, dom João respondeu por sua mãe anunciando as mudanças solicitadas. Além disso, essa embaixada foi autorizada a partir de Salvador para Portugal, sendo os emissários acolhidos na Corte da rainha no Palácio de Queluz, em Lisboa. Os dois foram batizados na religião católica, tema que será problematizado no segundo capítulo. Um deles morreu por conta da mudança de clima e o outro voltou para Salvador, usando o nome de João Carlos

⁷³ *Cartas, relatórios e outros documentos relativos à visita dos Embaixadores do Rei de Dahomey. Queluz, Abomé, fevereiro de 1796.* 8 documentos. Originais e cópias. 10 folhas. Localização: I-34,2,20 Microfilme: MS-512 (51) Documento 563. Fundação Biblioteca Nacional (Divisão de Manuscritos).

de Bragança, teve como padrinho o próprio príncipe Dom João e foi recomendado pela rainha d. Maria que casasse na Bahia.

Em 31 de dezembro de 1796, o governador da Bahia escrevia a Portugal relatando a chegada da corveta que trazia o recém convertido João Carlos e seu séquito. Reclamava mais uma vez da dificuldade em embarcá-lo de volta ao seu reino, das grosserias e incivildades do dito embaixador e da dificuldade em atender ao pedido de sua Majestade em arrumar meios para casá-lo, já que não havia encontrado nenhuma preta ou parda que quisesse contratar o consórcio e na incessante escolha por escravas e pessoas libertas que o governador não considerava dignas para esse fim.

O embaixador sobrevivente levou para o Daomé, além da resposta positiva quanto à mudança do diretor do forte, a presença dos padres Cipriano Pires Sardinha e Vicente Ferreira Pires, a fim de catequizar o rei e os daomeanos, e depois retornarem para Bahia. Este último padre, que será retomado no quarto capítulo, veio a escrever cartas e um importante relato. Com a saída do diretor, o tenente Francisco Xavier Álvares do Amaral, que havia arquitetado a trama contra o diretor por considerar que o comércio daquele porto estava sendo desfavorecido, ficou responsável pelo forte. Entretanto, não se manteve durante muito tempo no cargo, pois entre 1798 e 1799 veio a falecer na fortaleza de Ajudá.

A terceira embaixada do rei do Daomé foi enviada à Bahia em 1805, pelo rei ou dadá Adandozan, sucessor de seu pai Agonglô. A mesma era composta por dois embaixadores e um intérprete, Innocêncio Marques de Santa Anna, que teria nascido na Bahia.⁷⁴ Ele era um dos prisioneiros que o rei do Daomé havia guardado na sua corte, possivelmente capturado nas incursões daomeanas em algumas praias, e que eram utilizados como prisioneiros de guerra, libertados apenas em troca de resgate. A documentação referente a esta embaixada encontra-se manuscrita na FBN e no IHGB. Também foi utilizado o relato de Luis Antonio de Oliveira Mendes,⁷⁵ apresentado na Academia Real de Ciências de Lisboa em 23 de maio de 1806.

⁷⁴ *Ofício do Governador Francisco da Cunha Menezes para o Visconde de Anadia, no qual lhe participa a chegada de dois Embaixadores do Rei de Daomé, a forma que os recebera e o seu embarque para Lisboa (17/03/1805)*. Projeto Resgate / Arquivo Histórico Ultramarino. Documento da Bahia. Bahia. Caixa 136. Documento 27.099.

⁷⁵ SILVA, A. da C. e. A memória histórica sobre os costumes particulares dos povos africanos, com relação privativa ao Reino da Guiné, e nele com respeito ao rei de Daomé, de Luís Antônio de Oliveira Mendes. *Afro-Ásia*, nº 28. Salvador: CEAO/UFBA, 2002. pp. 253-294.

Esta embaixada foi recepcionada pelo governador da Bahia, Francisco Cunha Menezes, e a chegada dos emissários foi informada ao Secretário de Estado em Lisboa, visconde de Anadia. Sua finalidade era instalar o negócio exclusivo com o porto de Uidá, controlado pelos daomeanos, e abolir a diretoria da Fortaleza de São João de Ajudá. Seria uma forma de diminuir o poder do intermediário europeu.

A carta de apresentação escrita em 30 de julho de 1805, pelas mãos de João Sathé, prisioneiro português, que há 23 anos encontrava-se cativo, possivelmente na mesma situação de Innocêncio de Santa Anna, tentava estabelecer uma relação de proximidade com Portugal:

Meu amável mano, há muito tempo que eu fiz patente ao meu grande Deus Leba, que pelos seus grandes poderes lá no lugar onde habita que levasse em gosto e louvasse a amizade que eu desejo ter com os Portugueses e juntamente o oferecimento e trato que louvasse fazer.⁷⁶

A aproximação tentava restabelecer as relações entre os reinos, que desde meados do século XVIII estavam estremecidas em função da forma pela qual o reino do Daomé conduzia a sua política; apenas mudando de postura quando reconhecia que havia alguma perda no comércio. As intenções propostas pelo rei são reforçadas através do argumento divino, já que foi feito um ritual para que o deus Leba pudesse interferir, a fim de que houvesse uma boa comunicação entre os reinos, ponto este que será discutido no próximo capítulo.

Em 1807, o reino de Onim enviava a segunda embaixada pelo príncipe Ajan. Também se trata de uma documentação oficial trocada entre os reinos, consultadas na FBN e nas versões transcritas por Verger. Esta embaixada, além das outras referências acima citadas, foi abordada por Alberto da Costa e Silva.⁷⁷ Estes autores utilizam a temática da embaixada ora para justificar a relação com o comércio escravo, ora para pinçar algum aspecto cultural que reforce um determinado argumento. Informações sobre este reino não eram claras para o governo português. Por este motivo, Innocêncio Marques, que havia vindo a

⁷⁶ ANADIA, Visconde de. *Ofícios e documentos enviados a Francisco da unha Menezes relativos a visita dos embaixadores do rei de Dahomey*. Queluz, 30-31/07/1805. Original e cópia. 8 documentos (11 páginas). Anexos outros documentos a respeito. Localização dos originais: II-34,005,004. Fundação Biblioteca Nacional (Divisão de Manuscritos)

⁷⁷ SILVA, A. da C. e. Cartas de um embaixador de Onim. In: *Cadernos do CHDD*. Rio de Janeiro, ano IV, n. 6, 1º semestre de 2005.

Salvador, como intérprete da embaixada daomeana de 1805, e que acabou sendo nomeado pelo governo português para auxiliar o comércio dos Portos de Uidá e Porto Novo, esclareceu pontos acerca de como o governo português deveria agir. Marques indicou que o Reino de Onim se sujeitava ao Reino do Benim, e que o comércio daquele reino era efeito das guerras entre o Daomé e de Porto Novo.⁷⁸ O governador da Bahia, Conde da Ponte, informou no mesmo ano ao Visconde de Anadia, a chegada do embaixador com seu secretário e não estava medindo esforços para conseguir as cartas enviadas pelo príncipe africano, enquanto isso havia hospedado os mesmos no convento dos Franciscanos, e mandado “cobri-los decentemente”. Diferente da embaixada anterior, caracterizada pela opulência das vestes dos embaixadores, a embaixada de 1805 não tinha a mesma riqueza de vestes e, provavelmente, estivessem com as vestes de seu reino; por isso o pedido do governador da Bahia para que pudessem vesti-los com o que considerava adequado.

Quando os emissários foram recepcionados pelo governador da Bahia, estes se recusaram a entregar a carta original, pois a mesma deveria seguir direto para Portugal. O conde da Ponte, no intuito de fazê-los entregar a carta, informou que os emissários deveriam retornar ao seu reino para que solicitassem autorização do príncipe para que ele pudesse ler a carta antes do Príncipe Regente. Neste ínterim, o governador conseguiu uma cópia fiel da carta, e reconheceu que o objeto do mesmo era insignificante, pois não era diretamente relacionado ao comércio daqueles portos. Assim, conseguiu remeter os emissários em outubro de 1807 de volta para seu reino. A temática do comércio estava em voga em todas as embaixadas, mas elas passam a se tornar mais preocupantes à medida que a primeira década do século XIX vai terminando, em virtude do fim do tráfico e da guerra na Europa, que afetarão a relação entre europeus e a costa africana.

Durante o período de guerra entre a França e a Inglaterra (1803-1815), a comunicação entre o forte de Uidá e o Brasil foi prejudicada, o que agravou a situação do comércio naquele porto. É neste contexto que Francisco Félix de Souza, antigo oficial do forte, abandona o forte para tornar-se um comerciante

⁷⁸ Carta do Conde da Ponte, governador da Bahia, ao Visconde de Anadia, secretário de Estado em Lisboa (14/10/1807). APEB, 143, f.109. APUD VERGER, P. Op. Cit. p.299.

privado.⁷⁹ O comércio privado preencheu o lugar da presença de representantes de reinos europeus, que foram abandonando a costa no final do século XVIII, ou em razão da Revolução Francesa e conseqüente guerra napoleônica, ou pela proibição do tráfico pelos ingleses. Entretanto os reinos africanos ainda procuravam negociar a manutenção das relações comerciais com Portugal.

Em 1810, outra carta destinada ao príncipe d. João foi enviada pelo rei do Daomé. Nela o tom é de desesperança quanto ao abandono dos fortes e o temor do fim do comércio. Autores como Verger e, especialmente, Jaime Rodrigues⁸⁰, se utilizaram da documentação referente a estas embaixadas para tratar sobre a negociação entre portugueses e reinos africanos, num contexto de fim do tráfico e de transferência da Corte.

A carta, que faz parte da documentação, encontra-se na FBN e IHGB, além das cartas transcritas por Verger, que não produziram resultados. Nem ao menos conseguiram autorização para serem recebidos por d. João – que já se encontrava no Rio de Janeiro em função da invasão napoleônica em Portugal. O máximo que conseguiram foi a autorização para embarcarem de volta ao seu reino em 1812.

Esta embaixada foi um indicador do estado de abandono do forte português. Segundo Robin Law,⁸¹ o abandono dos fortes europeus deixou um vácuo na organização do comércio em Uidá, já que eles tinham como função facilitar os contatos e organizar os serviços de comércio, a estocagem de escravos e a antecipação da chegada de navios.

Ao mesmo tempo, o governador da Bahia recebia a primeira embaixada do rei de Ardra, em 1810, que enviou emissários junto à Sua Alteza Real no Rio de Janeiro. Mas antes de terem com o príncipe d. João, que viera para o Rio de Janeiro no intuito de manter a Coroa portuguesa, os embaixadores pararam na Bahia e entregaram ao governador a carta destinada ao Príncipe Regente. A mesma foi transmitida para o Rio de Janeiro: *“tanto para não fazer despesas inúteis quanto para evitar dar à população da capital um espetáculo de novidade*

⁷⁹ SILVA, A. da C. e. *Francisco Félix de Souza: Mercador de escravos*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, Nova Fronteira, 2004.

⁸⁰ RODRIGUES, J. O tráfico de escravos e a experiência diplomática afro-lusobrasileira: transformações ante a presença da corte portuguesa no Rio de Janeiro. In: *Revista Anos 90*, Porto Alegre, v. 15 n. 27., jul. 2008. pp. 107-123.

⁸¹ LAW, R. Op. Cit. p. 160.

que teria provocado confusões”.⁸² Em janeiro de 1811, o Príncipe Regente escreveu ao rei de Ardra justificando a parada na Bahia feita pelos embaixadores.

Com a chegada das duas embaixadas, o conde dos Arcos, governador e capitão-geral da Bahia, estava numa situação constrangedora, já que estava com duas embaixadas que tinham o mesmo objetivo, embora o rei do Daomé (Agomé) quisesse exclusividade de comércio nos seus portos e o outro oferecia meios para que este comércio se tornasse vantajoso e seguro. As autorizações para o retorno dos emissários do Daomé e de Ardra só foram obtidas em fins de 1812 cada qual com seu respectivo presente: uma bandeja com um aparelho de chá completo.

Sem uma resposta significativa do governo português, os emissários dos reinos africanos retornaram e passaram a tratar diretamente com comerciantes privados. Um destes era Francisco Félix de Souza, que lucrava com a venda de mão-de-obra escrava, ainda que houvesse a proibição da Inglaterra em 1811, e que posteriormente recebeu o título de Chachá de Ajudá, dado aos chefes daomeanos de renome.⁸³ Foi a insatisfação com a impossibilidade do rei em evitar o declínio do comércio negreiro no porto de Uidá que motivou a conspiração que anos depois viria a destronar Adandozan.

Akingjogbin, em seu livro sobre Daomé e os daomeanos, afirma que a conspiração foi efetivada numa cerimônia em 1818 e sucedeu de forma simples. O Mehu tirou os sapatos do rei e o Migan informou que os antigos anciãos, Wegbaja e Agaja, os rejeitava. Sem o aval destes dois oficiais, não havia nada que o Adandozan poderia fazer.⁸⁴

Guezo não tardou em encaminhar uma carta (sem datação) para o então rei de Portugal, d. João VI, informando, entre outras coisas, a importância de Francisco Félix de Souza que havia sido escrivão no forte. Podemos pensar deste modo, como o controle da escrita e da linguagem foi uma forma de acesso de poder para Félix de Souza:

logo que tomei conta do reinado mando me a seu vassalo Francisco Félix de Souza, escrivão que foi da Fortaleza de Vossa Majestade oferecer para os mandar

⁸² VERGER, P. Op. Cit. p. 302.

⁸³ ROSS, D. The First Chacha of Whydah: Francisco Felix de Souza. *Odu*, no 2 (1969), pp.19-28 APUD LAW, R. Francisco Felix de Souza na África Ocidental (1800-1849). *Topoi*, Rio de Janeiro, mar. 2001, P. 16. SILVA, A. da C. e. *Francisco Félix de Souza, mercador de escravos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, EdUERJ, 2004.

⁸⁴ AKINGJOGBIN, I.A. Op. Cit. p. 199.

conduzir os ditos portugueses e juntamente o meu embaixador [...] na sua embarcação fazendo o dito toda a despesa à sua custa. Eu, soberano senhor, aceitei o Reinado que o meu Povo entregou-me fiado em Vossa Majestade que me há de ajudar com meu irmão que somos a muitos anos e amigos que é conhecido por toda esta costa.⁸⁵

Esta documentação se encontra no IHGB em meio a outros documentos sobre o Daomé.⁸⁶ Ainda que não seja datada, é factível acreditar que a carta escrita por Guezo, meio irmão de Adandozan, foi escrita pouco depois da deposição, pois a carta oferece pistas sobre elementos do reino de Adandozan e o reconhecimento das injúrias cometidas por ele.

Além disso, o rei responde a d. João VI sobre o pedido de libertação dos portugueses que foram aprisionados no início do século:

Eu juiz o Rei d'Agome vou ao trono de Vossa Majestade figurando por mim o meu Embaixador [...] e levando consigo quatro vassalos portugueses de Vossa Majestade que há 18 anos se achavam prisioneiros nos meus Domínios pelo cabo de guerra do meu Irmão Adandozan.⁸⁷

Nesta mesma correspondência há um dado interessante, o novo rei do Daomé indica o auxílio recebido pelo escrivão da fortaleza portuguesa, Francisco Félix de Souza. Este mercador de escravos auxiliou na procura de navios que pudessem fazer comércio com o porto de Ajudá. Isto reforça a importância que o comércio privado passou a adquirir em oposição à postura dos reis precedentes, que privilegiavam o controle do comércio.

Não foi encontrada documentação com a resposta da administração portuguesa, entretanto, Alberto da Costa e Silva, em seu livro sobre Francisco Félix de Souza, indica que após 1818 o tráfico de escravos se manteve, mesmo com a proibição britânica e o risco de apresamento das embarcações. A solicitação de restabelecimento da amizade entre os dois reinos poderia estar relacionada mais com o oferecimento de facilidades ao governo português para venda destes

⁸⁵ Ibidem.

⁸⁶ No momento final da elaboração da dissertação encontrei o artigo da historiadora da Howard University, Ana Lucia Araújo, que lida com a mesma documentação. Cf. ARAUJO, A. L. Dahomey, Portugal and Bahia: King Adandozan and the Atlantic Slave. In: *Slavery & Abolition*. Vol. 33, n. 1, March 2012. pp. 1-19.

⁸⁷ *Dossiê sobre o Reino de Daomé contendo representação, relatório, ofícios e cartas entre o Rei de Daomé e o príncipe d. João, d. Maria I e o [5º] conde das Galveias [d. João de Almeida de Melo e Castro] a respeito da arrecadação de cativos...* IHGB. DL 137,62.

escravos, já que o “resgate” de escravos passou a ser domínio de comerciantes privados, como o era Francisco de Souza.

A última embaixada que se tem notícia data de 1823 e foi, aparentemente, encaminhada pelo rei de Onim no momento da independência da Bahia. Esta representada pelo tenente-coronel Manoel Alves de Lima fazia saber que

sendo encarregado da Embaixada daquele Imperador do Benin para saudar e fazer saber a sua imperial Majestade dom Pedro Primeiro, Perpétuo e Constitucional Defensor do Brasil, em nome do Imperador do Benin e Rei Ajan e alguns outros Reis africanos, que eles reconhecem a Independência deste Império do Brasil.⁸⁸

Esta última embaixada, que não conseguiu sair da Bahia, também tinha objetivos comerciais, pois procurava se alinhar com aquela região que foi, durante séculos, pródiga em acordos comerciais que favorecessem os comerciantes dos dois lados do Atlântico.

2.3. Limites da amizade

O que podemos observar ao discorrer sobre alguns dos reinos da costa dos Escravos, em especial o do Daomé, é que a relação estabelecida com o governo português não foi desigual. Isso significa que Portugal não impôs as suas vontades e decisões onde instalava suas feitorias; toda ação era realizada baseada em um acordo comum. Do mesmo modo, todas as solicitações feitas pelos régulos africanos ao governo português deveriam passar pela aprovação de Lisboa.

Este diálogo foi, desde a primeira embaixada, mediado pela capital do vice-reino do Brasil, Salvador. Esta cidade teve um papel importante, para além das questões geográficas, já que muitos de seus negociantes eram os que iam fazer o resgate de escravos do outro lado do Atlântico. Como vimos, mesmo após a mudança da capital para o Rio de Janeiro, todas as correspondências mantiveram o antigo destino.

⁸⁸ Idem. pp. 306-307.

As cartas trocadas entre os dois reinos indicam uma relação que havia sido estabelecida *a priori*, e que era mantida através do protocolo da escrita⁸⁹. E esta é uma das diferenças mais marcantes entre os reinos. Enquanto uma se fundamenta na memória oral, a outra se ancora nos registros escritos. Exemplo disto é um ofício do governador da Bahia, Fernando José de Portugal:

chegaram dois Embaixadores da parte do Rei do Daomé com cartas para este governo e para sua Majestade e entrando em dúvida sobre a formalidade que com eles devera praticar [...] examinando para este fim os livros da Secretaria[...].⁹⁰

O reino de Portugal se estruturou administrativamente em torno de uma burocracia escrita, e dependia dela para seguir instruções dadas diretamente pela Corte, ou para retomar eventos e situações anteriores; enquanto os reinos africanos da Costa da Mina baseavam suas tradições e história administrativa através de uma memória oral.

Além das questões comerciais que são o pressuposto da relação entre os reinos, há algo que a própria utilização da carta aponta: o intercâmbio de informações e manifestações culturais, que se revela como uma representação do poder político. As nuances que separam o amigo do inimigo são matizadas através da manifestação teatralizada do poder, tal qual entendida pelo antropólogo francês, George Balandier:

o poder estabelecido unicamente sobre a força ou sobre a violência não controlada teria uma existência constantemente ameaçada; o poder exposto debaixo da iluminação exclusiva da razão teria pouca credibilidade. Ele não consegue manter-se nem pelo domínio brutal e nem pela justificação racional. Ele só se realiza e se conserva pela transposição, pela produção de imagens, pela manipulação de símbolos e sua organização em um quadro cerimonial.⁹¹

Essa manifestação simbólica de poder será o tema do próximo capítulo.

⁸⁹ SANTOS, C. M. Escrever o poder: Os autos de vassalagem e a vulgarização da escrita entre as elites africanas Ndembu. *Annual meeting of the society for spanish and portuguese historical studies*. 2000.

⁹⁰ ANADIA, Visconde de. *Ofícios e documentos enviados a Francisco da unha Menezes relativos a visita dos embaixadores do rei de Dahomey*. Queluz, 30-31/07/1805. Original e cópia. 8 documentos (11 páginas). Anexos outros documentos a respeito. Localização dos originais: II-34,005,004. Fundação Biblioteca Nacional (Divisão de Manuscritos).

⁹¹ BALANDIER, G. *Poder em cena*. Brasília: Ed. UNB, 1982. p. 7.